

CONTA GERAL DO ESTADO 2007
(307 milhões de euros que não chegaram a vir de Bruxelas)

O CES (Conselho Económico e Social), de que a CNA faz parte, aprovou no dia 17 de Dezembro o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2007, uma das funções deste Órgão, neste caso a solicitação da Comissão Parlamentar do Orçamento e Finanças da Assembleia da República.

No documento apresentado ao CES constata-se:

1 – Relativamente ao previsto no Orçamento do Estado para 2007, a realidade acabou por ser mais 1,9 % nas importações, menos 0,2 % nas exportações, mais 0,5% na taxa de desemprego e mais 0,4 % na taxa de inflação;

2 – O crescimento do PIB situou-se nos 1,8 % (2,9 % na UE – 27);

3 – A Dívida Pública aumentou 4 248 milhões de euros, comparativamente com 2006, os Encargos da Dívida Pública aumentaram 67,5 % e as amortizações 72,8%, no mesmo período.

Os Encargos da Dívida Pública atingiram 90 694 milhões de euros em 2007, o que constitui cerca de 221,5 % da Receita efectiva;

4 – Os fluxos financeiros entre Portugal e a UE, relativamente ao previsto no OE para 2007 e o realizado, confirmam que as transferências de Portugal para a UE foram menos 154,8 milhões de euros enquanto que as transferências da UE para Portugal ficaram 307,5 milhões aquém do previsto.

No Parecer do CES incluem-se algumas preocupações e recomendações:

a) Deverão ser também avaliadas as consequências resultantes da execução das políticas económicas e sociais em termos dos desvios verificados e dos efeitos produzidos;

b) Realizaram-se 576 auditorias no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI) que detectaram um extenso rol de deficiências e insuficiências que importa corrigir, nomeadamente ao nível dos mecanismos de controlo interno, da qualidade dos sistemas de gestão e controlo da execução orçamental da contratação pública de bens e serviços, da violação dos limites de endividamento e da atribuição de remunerações e outros benefícios sem observância da legislação aplicável;

c) A subavaliação sistemática da taxa de inflação tem tido impacto negativo sobre a evolução real dos salários negociados, tem agravado a carga fiscal em sede de IRS e tem comprometido a política redistributiva implementada, tal como a subavaliação da taxa de desemprego poderá ter estado na origem de uma menor dotação orçamental no que se refere a algumas das políticas de apoio ao emprego;

d) Face aos desvios verificados nos fluxos financeiros entre Portugal e a UE, não pode o CES deixar de manifestar a sua preocupação por um eventual atraso na transferência de fundos da UE

Nota:

Esta manifestação de preocupação do CES foi proposta pela CNA, referindo a importância da não vinda desses montantes e a sua implicação nos atrasos ProDeR.